

ENTREVISTA DO DIGICULT COM ALESSANDRA CUNHA (ROPRE)**(REALIZADA POR E-MAIL EM 12-09-2019)**

RODRIGO VIEIRA E ANA CAROLINE MELO CARVALHO: Por quais razões a escolha das temáticas do machismo e da igualdade de gênero se encontra com frequência na sua obra? Existe alguma finalidade social ou objetivo pretendido com essa escolha?

ROPRE: A escolha das temáticas de denúncia ao machismo e da procura por uma igualdade de gênero permeiam meu trabalho como frequentam minha vida. São colocações necessárias para pessoas conscientes na atualidade, pois, encontramos nestas questões grandes conflitos socioeconômicos que afetam, de uma forma ou outra, a vida de todos que conheço. E como a arte que pratico é meu meio de comunicação, é o que me dá voz, uso-a para dizer o que penso ser preciso. E, no caso das pinturas da série CADA FALSO, que se viram tão contemporâneas, acredito em uma quase coincidência, já que a elaboração desta série se deu de forma peculiar, que desejo relatar: No final do ano de 2016, realizei uma exposição de pinturas em Maceió/AL, em um momento que pude dar-me férias de 15 dias, quando permaneci na cidade durante o tempo da exposição. E este foi um período de reflexões e visitas a museus e galerias de Maceió. Em uma das galerias que visitei, deparei-me com um trabalho forte e comovente, da artista (que ainda não conhecia) Hilda Moura. As pinturas da artista Hilda, lindas e coloridas, entraram como flechas em meu coração, pois eram imagens de mulheres e meninas oprimidas, com as bocas vedadas por algo, ou costuradas, e algumas meninas, com corpos ainda em formação com crianças em seus ventres, e pássaros voando ao lado, ou presos por algo. Apesar de todas as imagens terem sido criadas de forma harmoniosa, equilibrada e com técnica apurada, só consegui ver a realidade de mulheres e meninas em certas sociedades patriarcais, onde crianças são obrigadas a se casarem com velhos, e mulheres adultas são silenciadas pelo sistema opressivo. Ali mesmo, dentro da exposição da artista alagoana, me veio as imagens que seriam as respostas para aquelas angústias relatadas em silêncio. Porém, para meu trabalho, não desejei o silêncio, nem o sutil, muito menos o confortável. Desejei mostrar a realidade da sociedade onde é comum se fazer “ode ao falo”, onde tudo parece servir apenas para satisfação, em vários níveis, os desejos masculinos. E, como já vemos, há séculos, os corpos femininos sendo usados de todas as formas possíveis pelo Estado, na política, pela publicidade e na arte, neguei-me a apresentar mulheres nuas. Coloquei, de forma clara, ideias de como o machismo está na sociedade.

Procurei uma linguagem próxima aos quadrinhos, ou que remetesse a cartazes de atrações noturnas. Tudo colorido, atraente à primeira vista, e nada delicado. Enfatizei a presença de homens nus, seus órgãos sexuais aparentes e um detalhe que serviu como uma afronta aos conservadores: mãos com o dedo do meio em riste (mesmo sem desconfiar que isso poderia ser considerado crime). Porém, a pintura da qual cuidei mais, da qual elaborei com maior cautela, foi apreendida por possuir o NOME de um crime (ou doença) praticado contra criança. Em todo caso, acredito que a arte tem a função de comunicar sobre o “tempo onde” se localiza. A finalidade social ou objetivo pretendido com essa escolha resume-se em buscar reflexões sobre o que está exposto, pintado, esculpido, desenhado e ou estampado.

RODRIGO VIEIRA E ANA CAROLINE MELO CARVALHO: A quais razões você atribui a apreensão pela Polícia da tela intitulada "Pedofilia", na exposição "Cadafalso", no Museu de Arte Contemporânea (MARCO) do Mato Grosso do Sul? Afinal, sua exposição era composta por 32 telas, por que a obra que leva o título “Pedofilia”?

ROPRE: Observando, quase que em tempo real, pela internet, vi fotografias e vídeos de “policiais civis e de peritos criminais”, dentro da galeria em que se encontravam as 32 pinturas da série CADAFAISO, analisando as imagens como se fossem criminosas, ou buscando algo relacionado a crimes reais. Por não encontrarem nada parecido com o que devem investigar em suas rotinas profissionais, e para fazer jus ao show que os deputados estaduais armaram, tanto na tribuna do plenário, como diante da imprensa; e, para justificar o deslocamento de delegado e policiais que deveriam estar realizando investigações e apreensões de criminosos que prejudicam a sociedade; prenderam o que lhes pareciam mais próximos de suas funções sociais. Prenderam a palavra PEDOFILIA que estava representada naquele quadro, pois na pintura jamais encontrariam nada próximo de qualquer crime ou apologia a crimes. A pintura da qual cuidei mais, da qual elaborei com maior cautela, apresenta um fundo amarelo (a cor da alegria), que poderia ser um quarto, ambiente doméstico, onde acontecem a maioria dos casos de abusos sexuais contra crianças – ambiente familiar. Sobre este amarelo, em algo que parece ser um canto, há um olho chorando, talvez porque, além da criança abusada, quase sempre há outro adulto que sabe e não denuncia os abusos. Nas extremidades, direita e esquerda do quadro, há imagens de silhuetas de homens nus, com órgãos sexuais eretos, saindo das sombras, mirando para o centro da imagem, onde

não há criança. No centro da imagem há uma boneca roxa, de vestido, e olhos enormes de medo.

Olhos que miram para o espectador, pedindo-lhe socorro, para que tal situação não lhe aconteça.

RODRIGO VIEIRA E ANA CAROLINE MELO CARVALHO: De que maneira a Polícia Civil de Campo Grande (MS) agiu para recolher a tela? Em sua opinião, as ações dos policiais foram consequências da pressão da denuncia dos deputados estaduais contrários à obra ou do entendimento jurídico do delegado sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente?

ROPRE: A Polícia Civil de Campo Grande (MS) agiu de forma precipitada ao recolher a tela sem reais justificativas. Em minha opinião, baseando-me em tudo que foi noticiado, filmado, fotografado e falado à imprensa, a pressão dos três deputados estaduais (sabemos que um deles é ex-policial), foi o motivo mais forte para apreensão da pintura que estava em um respeitado museu de arte contemporânea, dentro de uma sala fechada, cujas portas possuem vedação visual para quem está de fora dela (vedação que registrei no dia da montagem da exposição, em fotos – *insufilm* preto). Imagino que o entendimento jurídico do delegado sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente deva ser satisfatório, porém, quando se trata de arte, não há entendimento. Assim, acredito que ter políticos influenciando os pensamentos, foi levado ao erro de ver uma criança onde não existia, ou de ver um crime dentro de um quadro habitando o local onde deveria habitar, o museu.

RODRIGO VIEIRA E ANA CAROLINE MELO CARVALHO: Você considera a apreensão como uma forma de censura? Quais foram as repercussões jurídicas do caso?

ROPRE: Com certeza, a apreensão da pintura foi uma censura nada velada. E para tanto, além de apreenderem a pintura, pressionaram os funcionários do museu, ameaçaram prender a coordenadora do museu e se eu estivesse na cidade de Campo Grande, me levariam junto com a pintura, para a delegacia para prestar esclarecimentos[...] ou dar aula de história da arte ou talvez técnicas de pintura. Sobre as repercussões jurídicas, apenas consegui ver uma foto do “Boletim de Ocorrência” assinado por um dos deputados, em um perfil do MBLMS no Facebook. Nada mais. Não fiquei sabendo de inquérito, se abriram ou se arquivaram. Um advogado de Campo Grande me procurou para oferecer ajuda e processar os deputados envolvidos. Porém, ele também desistiu dos trâmites referentes a este caso, imagino que por

questões políticas mesmo, já que ele se candidatou nas últimas eleições, a deputado. A esta altura perdi todo interesse nestas questões jurídicas e prefiro seguir vivendo sem ter que me relacionar com pessoas daquela estirpe.

RODRIGO VIEIRA E ANA CAROLINE MELO CARVALHO: Na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, o Deputado Paulo Siuffi (PSC) afirmou que a exposição deveria ser proibida para menores de idade. Depois do Boletim de Ocorrência realizado pelo mencionado parlamentar e pelos também deputados estaduais Herculano Borges (SD) e Coronel David (PSC), a classificação indicativa da exposição foi modificada de 12 para 18 anos. Como essa mudança ocorreu? E qual o seu posicionamento sobre esse fato em específico?

ROPRE: Depois do Boletim de Ocorrência realizado pelos parlamentares, a classificação indicativa da exposição foi modificada de 12 para 18 anos sem meu envolvimento. As questões iniciais de toda ação de censura se deu entre os políticos, imprensa e equipe do museu (nesta ordem). Na manhã do dia 14 de setembro de 2017, os parlamentares, no plenário, clamaram por censura de uma exposição que eles apenas tomaram nota por fotos de algum eleitor devoto. Por volta de meio dia, um jornalista de Campo Grande me chamou, por mensagem, no Facebook, para saber se eu poderia lhe passar meu número de telefone para responder sobre o que eu achava sobre a censura que meu trabalho estava sofrendo no museu. Como eu disse que não sabia desta censura, ele esclareceu e enviou vários *links* de vídeos e fotos que já estavam circulando na internet sobre o possível confisco de uma pintura. Um pouco mais tarde, a pintura foi embalada e retirada do museu por policiais, com registro simultâneo de Rádio, TV, Imprensa escrita e internautas. Sobre a mudança de classificação etária, seria irrelevante naquele momento, já que faltavam três dias para o final programado da exposição que permaneceu quase dois meses no museu sem ser notada por sensacionalistas. E, no edital de exposições pelo qual submeti meu trabalho, nem havia exigências sobre classificações etárias para os projetos expositivos. Sugeri por livre desejo que não deixassem menores de 12 anos verem as imagens, pois sei que crianças reproduzem o que veem, e imaginei que sairiam do museu mostrando o dedo do meio em riste para todos. Mesmo acreditando ser necessário discutir estes temas com crianças (de forma mais apropriada). E a exposição CADA FALSO era apropriada para chocar e fazer refletir sobre as violências machistas.

RODRIGO VIEIRA E ANA CAROLINE MELO CARVALHO: Enquanto artista, você procurou ou obteve apoio de alguma instância estatal ou não-governamental, órgão público de cultura ou os atores do sistema de justiça (p. ex. Judiciário, OAB, Ministério Público, Defensoria Pública) contra a apreensão? Se procurou e não obteve, o que isso representou para você?

ROPRE: Apoio virtual e verbal surgiu de várias instituições e profissionais. Na verdade “notas de apoio” ao museu e artista, ou “notas de repúdio” contra a apreensão ou contra a censura. O museu tem seus advogados para defender a instituição, mas não tive nenhum contato com eles. Ministério Público do MS alegou inocência da pintura, OAB-MS lançou nota de repúdio à censura. E um advogado de Campo Grande me procurou para abrir um futuro processo contra os deputados, mas desistiu. Nunca acreditei muito na justiça brasileira e nem no sistema que a envolve, então não me surpreendeu o abandono jurídico. E por não acreditar, também me senti aliviada por não estar em Campo Grande no momento da censura, pois, com certeza, me prenderiam e inventariam infinitos motivos para me manter aprisionada, como sempre vemos acontecer com várias pessoas que se veem injustiçadas por vários motivos.

RODRIGO VIEIRA E ANA CAROLINE MELO CARVALHO: Qual o significado dos protestos de artistas posteriores ao recolhimento da obra?

ROPRE: Os artistas de Campo Grande se uniram, e foram para o Centro da cidade mostrar que existem, são unidos e não aceitam censura. Essa ação com certeza inibiu futuros movimentos políticos de censura insana da arte na cidade. Pois, como as motivações da censura eram políticas, em momentos prévios das eleições, os políticos se mantiveram conservadores e reacionários, porém com cautela, sem querer perder seus possíveis votos [...]

RODRIGO VIEIRA E ANA CAROLINE MELO CARVALHO: Você conhece alguma rede de proteção de artistas contra violações semelhantes?

ROPRE: Após as censuras de 2017, grupos de artistas se uniram para organizar formas de se protegerem e apoiarem os censurados de alguma forma. Um destes grupos organizado, inclusive, envia dinheiro ao artista censurado dependendo da necessidade do caso ou do artista.

RODRIGO VIEIRA E ANA CAROLINE MELO CARVALHO: Diante do caso, para você, como atribuiria o papel dos parlamentares, dos policiais, do próprio Direito, e da arte na sociedade brasileira de hoje?

ROPRE: Infelizmente, o papel dos parlamentares, dos policiais e do próprio Direito, diante da realidade atual, me parece o mais sujo possível. Porque não há nenhuma honra quando se envolvem alguns maços de dinheiro. Há pessoas boas no meio destes profissionais, mas, que pouco conseguem, devido ao tamanho da lama em que se afundam a maioria dos políticos, juristas e policiais. A “turma do poder social” age apenas por lucro. O papel da arte na sociedade brasileira é de conscientizar. E é o que vejo começando acontecer. Mesmo com todas as dificuldades históricas vividas por artistas e instituições de artes, vejo a bandeira chamada RESISTÊNCIA agitando corações.

RODRIGO VIEIRA E ANA CAROLINE MELO CARVALHO: Você enxerga alguma relação entre a apreensão de sua obra e outros casos de censura semelhantes, como do Queermuseu e da perseguição sofrida pelo artista Wagner Schwartz em razão da performance *La Bête*, e a ascensão do conservadorismo e de um discurso do ódio contra o campo cultural, no cenário político logo após o Golpe de 2016?

ROPRE: Está tudo relacionado. Todas as censuras e perseguições a artistas, instituições e mecanismos que apoiam as artes são utilizadas para reafirmar a força e manter o Golpe de 2016. Discurso de ódio contra o campo cultural, contra diversidade sexual, e agora o desmonte da educação superior e em sequência à educação de base, visa manter o controle do povo, que desesperado por alimento, abaixe a cabeça, obedeça e siga sob a ditadura dos ricos ignorantes e religiosos fundamentalistas [...]

RODRIGO VIEIRA E ANA CAROLINE MELO CARVALHO: Esse cenário de censura contra obras como a sua que tem tons de denúncia e tratam de temas que ainda são considerados tabus por grupos conservadores, ou alvo de suas ações, ainda permanece? Que estratégias sociais poderiam ser encetadas contra esse tipo de prática?

ROPRE: As censuras permanecem, mas agora em novo patamar. Além da forma individual contra um artista ou um trabalho, também de forma institucionalizada. Por exemplo, o sistema SESI, que possui edital de galerias anual, chegou a assumir em 2018 que temas LGBTs, sobre racismo ou machismo não seriam aceitos para exposições em suas galerias. E

estamos vendo frequentes barreiras ao pensamento geradas por retrógrados conservadores, censurando projetos audiovisuais, exposições de charges, e por aí segue.

RODRIGO VIEIRA E ANA CAROLINE MELO CARVALHO: Existe alguma pergunta que não foi realizada que você gostaria de responder, se sim, qual seria?

ROPRE: Não me veio nenhuma agora.